



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SUPRAM ALTO SÃO FRANCISCO - Diretoria Regional de Regularização Ambiental

Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM ASF-DRRA nº. 114/2021

Divinópolis, 25 de agosto de 2021.

Parecer Único de Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS) nº 3869/2021			
Nº Documento do Parecer Único vinculado ao SEI: 34300538			
PROCESSO SLA Nº: 3869/2021		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR: Flávio da Silva Fernão		CNPJ: 003.593.097-71	
EMPREENDIMENTO: Flávio da Silva Fernão		CNPJ: 003.593.097-71	
MUNICÍPIO: Santo Antônio do Monte		ZONA:	
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none">• Não há incidência de critério locacional.			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
F-05-05-3	Compostagem de resíduos industriais	3	0
RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	
Marianna Bento Ferreira Toledo		CRBio - 049657/04-D	
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	

Elizabeth Barretto de Menezes Lopes	1.148.717-0
De acordo:	
Viviane Nogueira Conrado Quites	1.287.842-7
Diretora Regional de Regularização Ambiental	



Documento assinado eletronicamente por **Viviane Nogueira Conrado Quites, Diretor(a)**, em 25/08/2021, às 13:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elizabeth Barretto de Menezes Lopes, Servidor(a) Público(a)**, em 25/08/2021, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **34299105** e o código CRC **2BB32BD8**.

Referência: Processo nº 1370.01.0043647/2021-60

SEI nº 34299105

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (LAS) nº 3183/2021

O empreendimento Flávio da Silva Fernão atua no com o processo de compostagem de resíduos agroindustriais no município de Santo Antônio do Monte - MG. Em 04/08/2021 foi formalizado, no Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA), o processo administrativo de licenciamento ambiental simplificado, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS).

A atividade F-05-05-3 – Compostagem de resíduos industriais é o objeto deste licenciamento e é classificada como Classe 3.

O critério de classificação é a área útil do empreendimento, que correspondente a 06,00 ha. Desta forma, o empreendimento é Classe 3.

O empreendimento não apresenta restrição ambiental.

De acordo com o Relatório Ambiental Simplificado, o empreendimento possui 04 funcionários no Setor de Produção e 02 funcionários no Setor Administrativo, sendo o total de 06 funcionários.

Opera 12 meses por ano, 08 horas por dia, 7 dias por semana.

A água é oriunda de uma certidão de uso insignificante, n. 283549/2021, com validade até 23/08/2024 correspondente ao volume de 7,80 m³/dia, captada através de poço manual (cisterna), para fins de paisagismo, lavagem de veículos, limpeza de equipamento, aspersão de vias e consumo humano.

Foi apresentada a Declaração da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Monte de que as atividades conforme Código F-05-05-3 – compostagem de resíduos industriais, estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo do município.

O imóvel objeto do presente processo denomina-se Fazenda dos Ferreiras, matrícula n. 30.357 da Comarca de Santo Antônio do Monte, de propriedade de Niva Miranda Resende e seu marido, Luis Antonio Resende. A área do imóvel perfaz 06,00 ha. Foi apresentada carta de anuência e contrato de comodato entre os proprietários e o e senhor Flávio da Silva Fernão.

Possui o CAR n. MG-3160405-7C12.D04B.749F.4825.B602.7538.398C.FCB7 e não possui área de reserva legal averbada ou demarcada, conforme artigo 40 da Lei 20.922/2013.

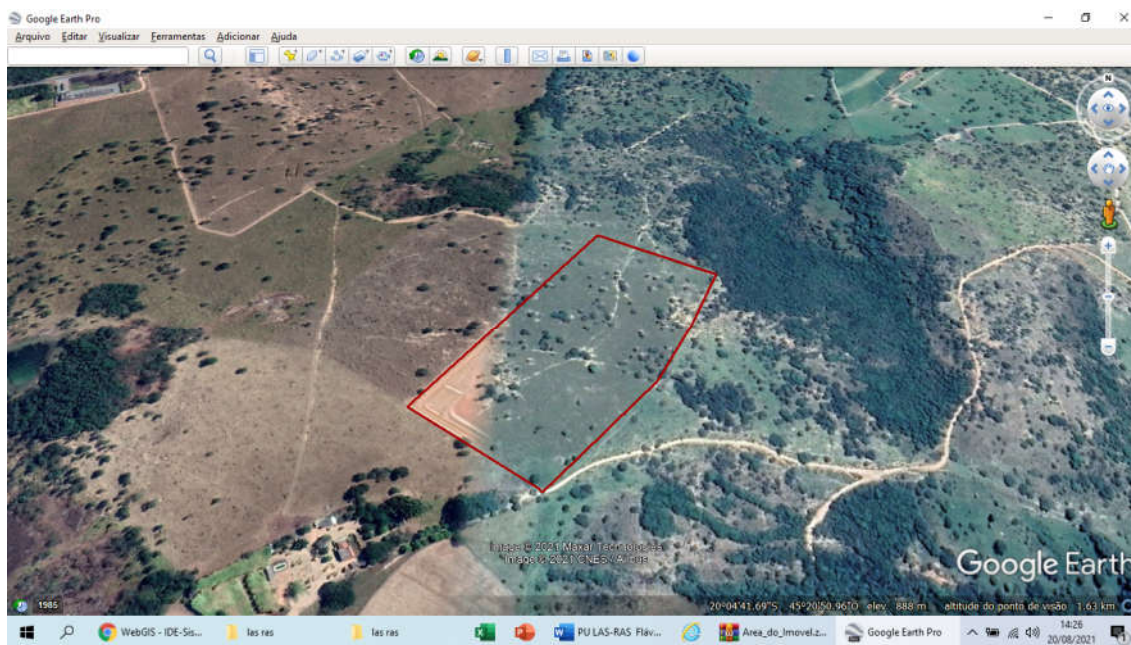


Imagem 01: Área do empreendimento, correspondente a 06,00 ha.

O Relatório Ambiental Simplificado encontra-se devidamente acompanhado da ART e CTF/AIDA (Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental), da responsável técnica pelas informações, Marianna Bento F. Toledo

O empreendimento detém o certificado de regularizado no CTF/APP – Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais. Importante mencionar que é de responsabilidade do empreendedor manter o documento atualizado, sob pena das sanções previstas em lei.

O material a ser compostado será esterco de galinha poedeira, misturado com casca de café e serragem de madeira, em proporção de 15%.

O empreendimento irá receber exclusivamente esterco de granjas de aves, além de casca de café e serragem de madeira. O material virá para a empresa por meio de transporte rodoviário, de granjas do mesmo proprietário. Desta forma não será permitida a mistura de outros tipos de resíduos. Não está previsto o recebimento de carga de outras granjas.

O material será disposto em leiras a serem impermeabilizadas, com canaletas laterais que seguem para um tanque de decantação.

Em período de chuvas será realizada a cobertura com lona plástica para evitar o contato do material com a água. Poderão ser adicionados mais materiais secos (cascas de café, serragem de madeira) para evitar a formação de chorume.

O terreno será impermeabilizado e preparado com declividade direcionada para a lateral que terá sistema de canaletas e tanques de decantação para recolhimento do

chorume que por ventura possa ser gerado. O chorume recolhido deverá ser novamente incorporado às leiras. O piso será impermeabilizado antes do início das atividades.

O local foi por muito tempo utilizado para pastagem de gado, assim é recoberto por pastagens de espécies exóticas. Desta forma, não será necessária intervenção e supressão de indivíduos nativos. As árvores que estão presentes no local serão mantidas.

A área da produção é de apenas 400m², utilizados para os pátios onde serão colocadas as leiras. E 150m² serão utilizados para a construção de escritório, banheiro e garagem para os veículos e equipamentos. A Usina de Compostagem terá uma longa vida útil uma vez que terá ciclos de produção de adubo em 30 dias. O material, depois de passar pelo processo de degradação pelas bactérias, é transformado em adubo organo mineral e será enviado para os clientes para uso agrícola.

Em relação aos efluentes líquidos sanitários, será implantada uma fossa séptica e sumidouro. O projeto deverá prever correto dimensionamento do sistema fossa séptica, filtro anaeróbio (caso haja), conforme ABNT/NBR pertinentes, antes do lançamento em sumidouro, garantindo de que o sistema atende esgotamento (efluentes) de natureza sanitária, sem aporte de caixa SAO ou efluentes industriais. Deverão ser realizadas manutenções/limpezas periódicas na fossa séptica e caixa SAO, de acordo com manual do fabricante ou orientações do projetista de forma que os sistemas responderão conforme fora projetado, dentro das especificações técnicas, cabendo ao empreendedor e responsável técnico a garantia de tais ações e do pleno funcionamento dos sistemas.

Os Resíduos Contaminados com óleos (EPIs, Estopas, Embalagens) serão de geração esporádica, considerando que a manutenção de equipamentos será terceirizada. Os mesmos deverão ser destinados a empresa devidamente licenciada. Resíduos gerados fora da produção (escritório e banheiros) deverão ser embalados em sacos plásticos e levados para a coleta municipal do município de Santo Antônio de Monte. Resíduos de Fossa Séptica deverão ser encaminhados para empresa devidamente licenciada. Da mesma forma, os resíduos gerados nos serviços de apoio – EPIs, sucatas e embalagens de insumos, deverão ser encaminhados para empresas devidamente licenciadas.

Os odores por ventura emitidos serão controlados com a aspersão das vias, bem como será realizado o plantio de cortina arbórea, com sansão do campo e eucalipto. Importante mencionar que o empreendimento será instalado a uma distância significativa de residências para impedir que possíveis gerações de odores alcancem os vizinhos.

Os ruídos serão gerados pela movimentação de cargas e maquinários. Serão controlados mediante cortina arbórea e pelo próprio isolamento da área, que se encontra na zona rural e distante de vizinhança.

O material particulado emitido durante a compostagem será controlado pela aspersão das vias, e será evitada a dispersão pela cortina arbórea.

Outra atividade existente no empreendimento, que não está sendo licenciada neste LAS, é a Formulação de adubos com Capacidade de 24 toneladas, atividade esta que ocorre concomitante à compostagem.

Desta forma, considerando o acima exposto, e a inexistência de infração administrativa definitiva de natureza grave ou gravíssima cometida pelo empreendimento, conforme disposto no §4 do artigo 32 do Decreto 47.383/2018, e vinculada ao cumprimento das condicionantes e programas propostos, sugere-se o deferimento desta solicitação.

ANEXO I

**Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do
empreendimento Flavio da Silva Fernão**

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença
02	Construir um local para armazenamento temporário de resíduos, de acordo com as NBRs n. 11.174 e 12.235.	60 dias
03	Realizar a impermeabilização dos locais onde serão dispostas as leiras. Obs.: Apresentar relatório técnico e fotográfico georreferenciado, acompanhado de ART.	Antes do recebimento de qualquer resíduo agroindustrial a sofrer compostagem. Apresentar o relatório no prazo máximo de 30 dias a contar da impermeabilização.
04	Plantio de sansão do campo e eucaliptos, conforme informado no RAS.	120 dias
05	Implantar canaletas de drenagem adjacentes às leiras de compostagem. Obs.: Apresentar relatório técnico e fotográfico georreferenciado, acompanhado de ART.	Antes do recebimento de qualquer resíduo agroindustrial a sofrer compostagem. Apresentar o relatório no prazo máximo de 30 dias a contar da drenagem.
06	Implantar tanque de decantação apto a receber águas pluviais e chorume das canaletas de drenagem. Obs.: Apresentar relatório técnico e fotográfico georreferenciado, acompanhado de ART.	Antes do recebimento de qualquer resíduo agroindustrial a sofrer compostagem. Apresentar o relatório no prazo máximo de 30 dias a contar da drenagem.
07	Instalar fossa séptica com filtro e sumidouro para os efluentes sanitários.	60 dias

08	Realizar aspersão das vias para controle de odores e material particulado.	Durante a vigência da licença.
09	Implantar Caixa Separadora de Água e Óleo (Caixa SÃO) no local onde será realizada a lavagem de máquinas e equipamentos. Obs.: Apresentar relatório técnico e fotográfico georreferenciado, acompanhado de ART.	60 dias.

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

ANEXO II

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do

Empreendimento Flávio da Silva Fernão

1. Resíduos Sólidos

a. Resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Enviar, anualmente, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR semestral, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa Copam 232/2019.

Prazo: seguir os prazos dispostos na Deliberação Normativa Copam nº 232/2019.

b. Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Enviar, anualmente, relatório semestral de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

Prazo: seguir os prazos dispostos na DN Copam 232/2019.

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 ¹	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma ²	Empresa responsável			
							Licenciamento ambiental			
							Razão social	Endereço completo	Nº processo	

(1) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(2) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo

8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)

9 - Outras (especificar)

Observações

O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTRMG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.

O relatório de resíduos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações. As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.

As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.